

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro – ISSN 2178-6925
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni - Novembro de 2016

ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS NA INSERÇÃO E INTERVENÇÃO DO PSICÓLOGO COMUNITÁRIO SOCIAL EM UMA TRIBO INDÍGENA

*Ruhama Mirian Leocádio dos Santos

**Alcilene Lopes de Amorim Andrade

Resumo

Este estudo situado na área da Psicologia Social Comunitária objetiva abordar os aspectos a serem considerados no processo de inserção e intervenção do psicólogo comunitário em uma tribo indígena, na perspectiva do empoderamento. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica, descritiva quanto aos fins e de abordagem qualitativa. Os achados da literatura apontam para a necessidade de compreender o indivíduo numa perspectiva dialética, sua constituição histórica e social e os elementos que explicam os processos de ação do indivíduo frente às determinações sociais. O enfrentamento se sustenta a partir dos vínculos afetivos e sociais e no compromisso que o indivíduo desenvolve em suas relações na comunidade. Pode-se afirmar que a premissa básica do trabalho do psicólogo comunitário é a mediação, respeito aos limites e possibilidades do grupo, tendo como pressuposto básico, o protagonismo dos sujeitos na busca por recursos para empoderamento dentro do seu contexto.

Palavra-chave: Empoderamento. Autogestão. Autonomia. Maxakali

Abstract

This study of Community Social Psychology area discusses the aspects to be considered in the insertion and intervention of community psychologist in an indigenous tribe in the empowerment perspective. The study was performed by bibliographic research, descriptive for the purposes and with a qualitative approach. The literature points to the necessity to understand the individual in dialectical relationship, its social and historical constitution and the elements that explain the processes of action of the individual in response to social determinations. This confrontation is sustained from the affective and social ties and ethical commitment that the individual develops in their relations in the community. Therefore, it can be said that the psychologist's work in the community evidences the mediation, respect the limits and possibilities of the group considering the individual as the protagonist in the search for resources for empowerment within its context as a basic premise of the intervention.

Keywords: Empowerment. Self-management. Autonomy. Maxakali

*Acadêmica do décimo período de psicologia FUPACTO – e-mail: ruhama.santos@hotmail.com

** Graduada em Pedagogia e Psicologia, pós-graduada em Psicologia Clínica, em Didática e Metodologia de Ensino, Mestre em Educação; professora do curso de Psicologia FUPACTO – e-mail: alcileneaguia@hotmail.com

1 Introdução

A temática aqui abordada está situada na área da Psicologia Social Comunitária, entendendo a necessidade do diálogo entre o saber acadêmico e o saber popular, a fim de enfrentar os desafios juntamente com a comunidade a partir de seus próprios recursos; ou seja, empoderar a comunidade para que ela possa se autogerir.

Para Martin Baró (1986), o cientista social não deve se ater somente a explicar o mundo, mas sim, transformá-lo. A psicologia social comunitária nasce no Brasil a partir de vários movimentos sociais e tem por objetivo ir de encontro a uma sociedade marcada por conflitos político-sociais, desigualdade, preconceito e várias outras mazelas, a fim de enfrentar esses desafios.

Considerando que o trabalho do psicólogo comunitário visa o processo de emancipação, faz-se necessário que esse profissional conheça os limites e as possibilidades de sua ação na comunidade.

Identificar os aspectos envolvidos na atuação do psicólogo comunitário visando autonomia e autogestão da comunidade tornou-se o objetivo principal deste estudo. Especificamente visou-se discutir formas de inserção e intervenção do psicólogo comunitário refletindo sobre os limites a serem respeitados e as possibilidades a serem exploradas na perspectiva do empoderamento; apresentar os aspectos a serem considerados pelo psicólogo comunitário numa proposta de inserção e intervenção na tribo Maxakali localizada no município de Ladainha MG.

Este trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica, utilizando literatura acadêmico-ciêntifica sobre a temática em questão, publicada em formato físico e indexada em bases de dados como Pepsic, Podroclin e periódicos no período de 2006 a 2016, com exceção dos clássicos.

2 Psicologia Comunitária: Principais Conceitos

Comunidade, segundo o dicionário da língua portuguesa vem do latim *communitas*, significa qualidade daquilo que é comum; comunhão; agremiação

de indivíduos que têm a mesma crença ou a mesma norma de vida; comuna. Trazendo esse significado para a psicologia entende-se comunidade como o lugar que compreende toda e qualquer forma de relacionamento que possibilite uma troca, seja de conhecimento, de experiência e até mesmo de relações. (MONTERO, 2000)

Na comunidade é possível encontrar no homem a singularidade que ele detém no papel que desempenha no meio comum, singularidade esta, que torna o homem indivíduo, pessoa, um ser capaz de se relacionar e participar do meio em que vive. Desta relação, a partir da troca de experiências nasce a subjetividade da comunidade.

Montero (2000, p.79) entende que:

A Psicologia Social Comunitária versa sobre formas específicas de relação entre as pessoas unidas por laços de identidade construídos em relações historicamente estabelecidas, que por sua vez, constroem e delimitam um campo: a comunidade.

Nesse sentido, o grupo comunitário é entendido como composto por relações; relações estas, por diversas vezes incompletas e por isso estão sempre em mutação. A partir delas é possível identificar qual o tipo de grupo e quais as possibilidades para transformá-lo.

O que constitui um grupo, pois, são as relações. Se quiser saber se há grupo, ou não, veja se há relações ou não. Se quiser saber de que tipo é o grupo, veja qual o tipo de relação. Se quiser mudar, transformar um grupo comece por transformar as relações existentes nesse grupo. (GUARESCHI, 2007)

Para que o grupo exista é necessário que as pessoas que o formam tenham algo em comum. É necessário conhecer e diferenciar os tipos de relações existentes diferenciando as relações de dominação das relações comunitárias.

As relações de dominação ocorrem quando o sujeito -dotado de poder para atuar em sociedade- é expropriado em razão do outro, que se utiliza desse poder para tornar o sujeito submisso e assim tratá-lo com desigualdade.

Já as relações comunitárias que são o principal enfoque para a compreensão dos grupos, são pautadas pela democracia onde cada sujeito ativo tenha voz e vez, fundamentada na igualdade das relações; elas implicam

na possibilidade de cada participante do grupo exercer sua singularidade e ser respeitado a partir dela. (GUARESCHI, 2007)

As relações comunitárias decorrem não apenas de relações físicas, mas também implicam na ocorrência de relações afetivas que fundem aspectos como sentimento, tradição, cooperação entre outros, que juntos provocam o sentido de empatia nos indivíduos, solidificando as relações existentes e fortalecendo ainda mais o vínculo existente naquela comunidade. Nessas relações é possível encontrar a autogestão, uma vez que ela é o cume de relações democráticas.

A psicologia social comunitária surge com o intuito de deselitizar a psicologia e levar as pessoas ao desenvolvimento de uma consciência crítica que permita que estas se reconheçam como indivíduos - detentores de singularidade-; capazes de reconhecer suas necessidades e, em contato com outros indivíduos, desenvolvam autonomia para buscar transformações sociais a fim de melhorar e transformar o meio em que vivem. (BARÓ, 1986)

Com o entendimento de comunidade na visão psicológica, pode-se visualizar como nasceu a psicologia social comunitária no Brasil e o que a difere da psicologia social norte americana, sabendo que a necessidade de enfrentamento de uma realidade política e sociocultural marcada por alienação, conflitos, injustiça, desigualdade social, exclusão e miséria foram as responsáveis pela definição dos pilares sob os quais se desenvolveu a psicologia social comunitária.

A psicologia social surgiu na América Latina em meados da década de 60, quando os profissionais das áreas das ciências humanas e sociais começaram a se envolver com os movimentos populares contra a opressão e alienação do governo que em sua maioria tratavam sobre a saúde mental. (ARENDDT, 1993).

Os movimentos sociais que emergiram no Brasil, assim como em todo o mundo, diante do quadro socioeconômico pós-guerra e a crise da psicologia social contribuíram para o surgimento da psicologia comunitária. Esses movimentos sociais tinham o objetivo de propiciar melhoras na qualidade de vida e oportunidades para as comunidades mais desfavorecidas, além de desvencilhar a prática da psicologia à do assistencialismo. (BOCK, 2008)

Com a necessidade de uma atenção especial voltada à vulnerabilidade social e com a promulgação da Constituição Federal em 1988 que reconhecia o direito à assistência social- dentro da seguridade social-, a psicologia comunitária ganhava cada vez mais força; uma vez que era entendido que para garantir a proteção social seria necessário o conhecimento e a aproximação do cotidiano da vida das pessoas, ou seja, a investigação social e não apenas a assistência.

Essa nova forma de psicologia social comunitária que introduzia novos elementos, ao focar o olhar em questões para além das necessidades do indivíduo, redirecionando seu trabalho para fora da clínica e levando-o para os grupos marginalizados e a população desfavorecida em geral selava um compromisso ético na psicologia no Brasil. Essa nova forma de olhar para o indivíduo juntamente com a Educação Popular Libertadora de Paulo Freire, influenciaram a constituição da Psicologia Comunitária na América Latina.

Para Freire (1979), a educação é uma das extensões da cultura e, por ser um organismo eminentemente humano, admite em si um potencial de mudança social permeada de esperança e sonhos admissíveis. Espera, portanto, que é na experiência dialógica e dialética do processo educacional que são criados os alicerces para as próprias mudanças educacionais e uma transformação sociocultural.

A educação teria um papel fundamental para a construção de novas relações, mais justas e igualitárias fortalecendo o processo de autonomia dos grupos e o compromisso social. Para a psicologia comunitária, a partir dessa ideia de educação libertadora de Freire, o sujeito consciente de seu poder como sujeito comunitário, buscará superar situações de opressão, lutando contra as manifestações de dominação para que sobressaia a coletividade e a igualdade dentro do seu meio social. Esse enfrentamento se sustenta a partir dos vínculos afetivos e sociais e no compromisso ético que o indivíduo desenvolve em suas relações dentro da comunidade.

A prática psicológica na comunidade visa transformar e modificar as condições de vida da população e propiciar a produção do conhecimento. Uma das primeiras definições sobre assunto foi de Montero (2000 p.16):

Área da Psicologia cujo objeto é o estudo dos fatores psicossociais que permitem desenvolver, fomentar e manter o controle e poder que

os indivíduos podem exercer sobre seu ambiente individual e social, para solucionar problemas que os afetam e lograr mudanças nestes ambientes e na estrutura social.

É importante ressaltar o papel de Silvia Lane na psicologia comunitária brasileira. Lane apresentou o conceito de que quando há conhecimento gerado, o mesmo deva ser utilizado no processo de transformação do real e no direcionamento para concepção de condições favoráveis de vida para a população. O saber teórico e técnico que a profissão proporciona precisariam estar disponíveis para esse processo.

Lane entendia que o trabalho só seria efetivo se a psicologia social fosse, de fato, comprometida com a modificação da sociedade, sua preocupação era alicerçar uma psicologia que atendesse a realidade brasileira e latino-americana com o objetivo de colaborar com a resistência às diversidades e circunstâncias opressoras. Para tanto, seria necessário que objetivos como trabalho grupal, consciência crítica e atenção constante e empenhada com as urgências e necessidades da população fossem colocados como fundamentais na efetivação dessa nova psicologia.

O objetivo da psicologia social então seria a compreensão do sujeito em sua relação com a sociedade, a construção social e histórica do sujeito e as informações que evidenciam os processos de alienação e consciência e quais as probabilidades de agir frente ao que lhe é exposto.

A Psicologia Social no Brasil se apresentava como um conhecimento que permanecia lá, que partia das doutrinas americanas para ilustrar a realidade brasileira. Era necessário entender como o latino-americano singulariza o universal na constituição particular de sua existência. (LANE, 2000).

Pensar no aspecto comunitário condiz com realizar uma intervenção que abranja inclusão social, fortalecimento de vínculos e, sobretudo, o empoderamento. Segundo Nepomuceno et. al (2008), para o desenvolvimento da Psicologia comunitária é necessário apontar para a necessidade de se desenvolver uma prática transformadora da sociedade, que esteja pronta para lutar em oposição à opressão e violência, e auxiliar no fortalecimento de uma perspectiva capaz de combater práticas alienadas construídas a partir de subsídios teóricos importados acriticamente de realidades diferentes da nossa.

Nos anos 90, a psicologia comunitária consolidou-se como disciplina acadêmica e como profissão, levando a um grande incremento das práticas na área e, também, a uma diversidade teórica e metodológica. Nesta compreensão, o indivíduo é uma realidade histórico-social que se encontra fortemente enraizada, em um processo cultural que lhe é próprio, vivendo em uma dada realidade concreta, participando de uma rede de relações sociais mais além do que interpessoal ou grupal em uma sociedade de classes historicamente determinada. (FREITAS, 2001)

A metodologia do trabalho comunitário se valida ao passo que promove construção de conhecimento por parte de indivíduos comprometidos, na qual a proposta de trabalho comunitário pretende promover procedimentos de autogestão, desenvolvendo o sentido de cidadania neste processo. Este planejamento desempenha papel fundamental para a conscientização, que ajuda grupos e indivíduos a identificarem as características históricas e sociais de seus problemas e a criarem estratégias para a solução coletiva, visando à perspectiva do empoderamento.

Desta forma este tipo de trabalho vai além do saber acadêmico e científico, o senso comum, enquanto saber produzido no interior de uma cultura, se torna componente basal para a elaboração de uma teoria própria das experiências cotidianas que se firmam neste âmbito.

2.1 Empoderamento

O empoderamento em sentido amplo remete ao processo de mobilização e práticas que visam promover e impulsionar comunidade e grupo pela autogestão, na busca pela melhoria de condições de vida. Em termos históricos, a construção do empoderamento tem origem nas lutas pelos direitos civis, buscando uma participação real e simbólica que possibilite a isonomia. A maneira como o indivíduo realiza suas escolhas tem ligação direta com a interação que ele tem com o grupo e com a autonomia que este grupo possui, em outras palavras, a possibilidade de ação tem a ver com o poder que o grupo exerce. (FREIRE e SHOR, 1986).

Sua construção conceitual passa pela psicologia comunitária na década de 80 com o sentido original de investir em poder de tomada de decisão e autoridade em prol de um futuro melhor, está relacionado à organização de comunidades para resolver problemas sociais e melhorar suas condições socioeconômicas. O empoderamento comunitário está intrinsecamente relacionado à participação social, onde a disseminação da informação e da educação são condições fundamentais para a ação. Envolve trabalhar com grupos e o foco é na transformação cultural.

Portanto, a organização grupal, na trilha do empoderamento comunitário, é fundamental para o enfrentamento das dificuldades vividas pelas comunidades, visto que ela propicia a participação social nas decisões e “empodera” os sujeitos na busca de melhores condições de vida e na promoção de sua própria qualidade de vida. Numa visão sintética, poderíamos dizer que sua criação é uma tentativa de responder à lacuna posta pelo termo empoderamento, à medida que incorpora e valoriza o nível grupal e o comunitário no processo de busca da transformação social.

Pode-se afirmar que o empoderamento ocorre quando os indivíduos percebem que criaram uma voz capaz de sustentar uma necessidade coletiva, sem se afastar das necessidades de cada um, da história de cada um, trata-se de um processo que busca combater as desigualdades baseando-se na liberdade de decisão da comunidade. Isto significa construir as bases da autonomia comunitária mediante participação direta dos integrantes da mesma. (ANTUNES, 2002)

Nesta perspectiva, o mediador/facilitador tem o papel de construir com o grupo caminhos possíveis, auxiliar no que for preciso; mas em nenhuma hipótese determinar o que deve ser feito. É a partir desse pensamento que o psicólogo comunitário realiza o seu trabalho na comunidade, ele trabalha como mediador dos meios que a comunidade tem para se autogerir.

3 Atuação do Psicólogo Social Comunitário

No final dos anos de 70 e 80, o contexto brasileiro caracterizava-se pelo progressivo desgaste do período ditatorial e pelo surgimento de diferentes

movimentos sociais, em meio a essa conjuntura, havia uma crescente discussão em torno das ações assistenciais, até aí marcadas por assistencialistas e filantrópicas. E é nesse contexto que a psicologia social estava inserida. O uso do conhecimento psicológico como instrumento de práticas em comunidades teve seus primeiros registros formais na década de setenta (FREITAS, 1998; SCARPARO; GUARESCHI, 2007).

Tais registros referiram-se à participação de psicólogos em trabalhos associados à esfera da educação e da saúde mental, especialmente no âmbito da prevenção.

As interlocuções entre psicologia e comunidade se intensificaram na medida em que as práticas psicológicas dialogaram com outras áreas, com o saber popular e com os contextos sociopolíticos nos quais se estabeleciam. Novas práticas emergiram como, por exemplo, os trabalhos em favelas, com meninos de rua, com os sem-terra e com pessoas da terceira idade, além de práticas em comunidades, organizações e instituições. A partir dos anos noventa, foi constatado um aumento significativo da população. Decorrentes desse contexto surgiram demandas de novas formas de trabalho do psicólogo, voltadas para práticas psicossociais. Por conta dessas demandas, o quadro conceitual precisou também ser revisto e ampliado. (FREITAS, 2001)

Deslocar o psicólogo do seu espaço tradicional para o campo da comunidade não teria o menor sentido se não houvesse a produção do saber compartilhado de forma dialógica e colaborativa, na qual se destaca a problematização para então traçar caminhos para a solução. (MENDONÇA, 2007)

A psicologia pode contribuir através de trabalho com equipes multidisciplinares dirigindo-se aos mais diversos segmentos com práticas de acordo com a demanda social e possibilidades de ação junto aos moradores para análise das necessidades e possíveis soluções.

O método na Psicologia Comunitária entende que sujeito e objeto não podem permanecer separados. Tem como base primordial à interação entre o psicólogo e a comunidade. Entende que há "um olhar juntos, um compreender juntos, um fazer juntos, sem imposição de especialista sobre o morador. (GÓIS, 2008, p.74).

Nesse sentido, infere-se que atuação se dá numa perspectiva dialética, objetivando construção de conhecimentos capazes de fomentar novas formas de exercer a condição de cidadão. Entretanto, as ideias precisam surgir a partir da avaliação das necessidades realizadas com o grupo.

3.1 Formas de Inserção e Intervenção do Psicólogo Comunitário

A atividade comunitária realiza-se através da cooperação e do diálogo na comunidade tendo como orientação a vida que os indivíduos têm em conjunto; atividade essa que envolve processos de interação mediados pelo psicólogo comunitário, que se pautem na transformação do contexto sociocultural em que vivem visando sua autonomia e na desconstrução da ideia de uma intervenção assistencialista.

O psicólogo precisa saber introduzir-se na comunidade, respeitando seus limites e possibilidades, esse tipo de intervenção se sustenta no fortalecimento dos recursos e potencialidades do grupo. Ele pode deparar-se com as situações das mais diversificadas e que assustam, contudo, manifesta a necessidade de explorar novos caminhos (LANE, 2003).

Na inserção em uma comunidade o comprometimento com as várias mudanças a serem realizadas é necessário, pois a realidade da sociedade brasileira é marcada pela desigualdade. O fazer do psicólogo social comunitário tem um viés também de ordem preventiva uma vez que sua maior preocupação é com o bem estar e a promoção da qualidade de vida dentro de uma compreensão da realidade social e cultural de cada comunidade.

Em contato com o grupo, o psicólogo se depara na maioria dos casos com situações de risco, discriminação, negligência entre outras, e nesse cenário pode contribuir para o protagonismo daquela comunidade, contribuindo para abertura de novas estradas para a solução desses problemas, numa perspectiva dialética: Nas palavras de Andrade:

[...] um sistema de relações mais autônomas que decorre do debate/ação entre cidadãos iguais de direito – composição ou aumento da potência de agir entre as pessoas e entre estas e os profissionais; afirmação daquilo que cada um pode singularmente em seus saberes/fazer valorados na experimentação dos bons encontros (ANDRADE, 2007, p.78).

Uma das possibilidades de inserção na comunidade se dá com os definidos objetivos a priori observando alguns aspectos, como por exemplo, apropriação de informações, situações observadas. Assim, as fronteiras são estabelecidas com um enquadramento comunitário já delineado.

Ressalta-se que a análise de necessidades e, a forma, o tamanho e o comprometimento da intervenção realizada são marcados pelo modo como o processo de inserção se dá. Com os objetivos estabelecidos a priori, a comunidade é vista como imutável e inquestionável, o que fortalece o conformismo. Mas o papel do psicólogo é também quebrar esse paradigma a fim de que a comunidade saia dessa posição de receptora dos serviços e benefícios e se veja como gestora de seus próprios recursos.

Outra possibilidade de inserção do psicólogo na comunidade, que está mais alinhada com o objetivo deste artigo, é conhecer, mapear e delinear as dificuldades e os problemas vividos pela população para posteriormente levantar e estabelecer objetivos para o trabalho de intervenção. O intercâmbio entre os saberes e o desempenho do grupo na delimitação dos elementos são essenciais para uma possível intervenção que visa a posteriori definir os objetivos do trabalho, identificar as metas a serem atingidas e a construção de instrumentais para realização da mesma.

4 Povo Maxakali

Em 1500 com a chegada dos portugueses ao Brasil, descobriu-se os milhões de índios que o habitavam. O primeiro contato dos portugueses com esses índios foi um grande choque, pois as culturas eram muito diferentes e havia uma grande discrepância entre os modos de vida de ambos. Os índios que viviam nessa época eram divididos em tribos de acordo com a linguística e sua subsistência era baseada na caça, pesca e agricultura de algumas sementes de forma bem grosseira, além da criação de animais de pequeno porte. A relação entre as tribos indígenas era baseada em suas próprias regras e o contato entre eles se baseava em festejos como casamento ou para estabelecer relações de guerra entre um inimigo comum.(DONATO, 2002)

No primeiro contato com os portugueses trocaram presentes e informações de forma a estabelecer uma relação. Mais tarde escravizaram os índios e em muitos casos usavam o escambo como forma de obter o trabalho dos mesmos, davam espelhos, colares, etc. Os portugueses usavam de violência contra os índios para tomar as terras, matavam-nos e transmitiam doenças como forma de dizimação. Esses comportamentos explicam como ocorreu a redução de milhões para o pequeno número de índios e tribos que existem hoje. (DONATO, 2002)

Atualmente, os índios vivem em reservas demarcadas e protegidas, entretanto, o contato com os portugueses resultou na perda da identidade cultural de muitas tribos. Eles acreditavam que eram superiores aos indígenas e que deveriam impor sua cultura e sua religião que era o cristianismo aos índios para que assim eles pudessem ser “civilizados”.

Em relação aos “Maxakali”, o nome tem sua origem desconhecida, Segundo o etnólogo Nimuendajú (1958), os remanescentes Maxacalis do vale do Mucuri, em Minas Gerais, se autodenominam monacó. É ainda a denominação de um grupo indígena que habita três porções de terras descontínuas nos municípios de Santa Helena de Minas, Bertópolis, Ladainha e Teófilo Otoni, no Vale do Mucuri, no nordeste do estado de Minas Gerais. (MUSEU DO ÍNDIO, 2010)

A tribo Maxakali de Minas Gerais se divide em dois grupos: um grupo que mantém fielmente às tradições da tribo mostrando resistência a qualquer tipo de mudança, e o outro grupo preserva a cultura ao mesmo tempo em que se adequa ao novo. A resistência à mudança ocorre porque alguns indígenas acreditam que com as alterações que eles sofrem no processo de adaptação ao novo estilo de vida a identidade cultural deles se perde. Os Maxakali de Minas Gerais são o único grupo de indígenas que conservou sua tradição desde a colonização até os dias de hoje.

Na época da colonização, garimpeiros de ouro e minerais procuravam escravos para trabalhar em suas propriedades, os índios que habitavam essas áreas foram submetidos ao massacre e escravidão que acabou por dizimar várias tribos ali existentes. O povo Maxakali habitava o nordeste de Minas Gerais e Sul da Bahia, área que era propícia para o comércio e criação de

gado. Como as florestas eram ainda inexploradas, serviram de abrigo para os índios por muito tempo, prolongando assim sua existência. (DONATO, 2002)

Os Maxakali são vistos como símbolo de luta indígena pela sobrevivência; aprenderam a se defender dos ataques violentos dos colonizadores, sofreram com diversas doenças anteriormente desconhecidas, fome e várias batalhas travadas contra seus inimigos. Muitos grupos foram extintos e conforme a colonização aumentava, mais eles ficavam sem terra para sobreviver. Os fazendeiros começaram a derrubar as matas para criar pastagem para o gado e com isso os Maxakali ficaram sem ter de onde tirar sua sobrevivência.

Este povo classifica as pessoas em dois grandes conjuntos: os Xape (parentes ou aliados do grupo familiar e dos quais se espera solidariedade, bondade, consideração e respeito à propriedade) e Pukñog (o estranho ou inimigo, alguém de quem não se pode esperar bondade ou consideração, mesmo que seja parente de gerações mais afastadas ou afins em potencial). Os casamentos preferenciais ocorrem com os Pukñog e os Xape-Hãptox Hã, os parentes distantes e colaterais, o que permite a redução das tensões e conflitos entre as várias unidades sociais. O alto grau de dispersão faz com que os agrupamentos dos Maxakali sejam fluidos e mutáveis e que as dissidências, quando internas ao grupo doméstico, redundem na reformulação da composição das "aldeias" e a distância se interponha entre os antigos membros, desarticulando os bandos. (CIMI, s/d).

Essa dispersão é interrompida quando em momentos de crise os bandos voltam a se reunir procurando soluções para resolver os problemas que precisam enfrentar. Os líderes procuram garantir aos seus liderados o equilíbrio entre as funções religiosas e políticas, garantindo aos seus liderados vantagens materiais e o balanceamento entre os mundos visível e invisível, buscando chegar a um consenso que atenda seu grupo familiar e o bando.

O resultado é a separação dos grupos familiares e o aparecimento de novos grupos reordenados e reagrupados de acordo com as alianças e posturas políticas adotadas, frente à razão da crise e aos responsáveis por ela. Dessa forma pode-se explicar o constante surgimento de novas aldeias, que se aproximam ou distanciam física e politicamente das demais a depender do momento político. (CIMI,s/d)

Uma figura importante para os índios foi Curt Nimuendajú, etnólogo de origem alemã que percorreu o Brasil em meio aos índios por mais de quarenta anos. Uma epidemia de varíola seguida por outra de sarampo trazida pela invasão dos colonizadores e neobrasileiros atingiu os Maxakali e muitos não resistiram, Nimuendajú encontrou os índios rodeados por fazendeiros sem opções para fugir. Em 1941, foi criado o Serviço de Proteção aos Índios que era um posto de assistência à tribo que estava em perigo de extinção, cujo objetivo era abrigar os indígenas Maxakali que estavam dispersos e delimitá-los aos limites da reserva indígena. (DONATO, 2002)

O Posto Indígena assumiu o papel de habituar os indígenas a outra realidade, uma espécie de aculturação (pacificação, aldeamentos e medidas civilizatórias), entretanto, os funcionários responsáveis pelo Posto encontravam certa resistência a essas mudanças por parte dos indígenas. Em decorrência de diferentes dificuldades para demarcar a área total da reserva, a mesma foi caracterizada por uma descontinuidade na área (foi dividida em duas – Pradinho e Água Boa – separadas por terras de moradores locais). Essa descontinuidade territorial afetou significativamente os Maxakali. A demarcação de território, impondo limite à reserva contribuiu para a destruição dos meios originais de subsistência da tribo e mostrou rigidez e flexibilidade ao mesmo tempo, na estruturação da organização tribal. (FUNAI, 2009)

No grupo indígena de Pradinho foi constatada uma resistência maior em relação aos aspectos tradicionais do grupo, já em Água Boa onde ficava a sede do Posto indígena percebeu-se maior flexibilidade no sistema cultural e na troca de relações com a cultura. Os indígenas que antes mantinham sua sobrevivência com a caça e a pesca e a agricultura rudimentar se viram mais uma vez com dificuldades de sobreviver, pois o território disponível para tal atividade não oferecia as mesmas condições de antes, havia diminuído significativamente, fazendo com que eles vissem à necessidade da moeda nacional para adquirir produtos industrializados para o consumo.

Os Maxakali têm sua sobrevivência física e sociocultural ameaçada devido às limitações territoriais a que foram submetidos nas disputas de terras, pelos conflitos internos que tais restrições provocam no contexto interno da própria comunidade e pelo quadro alarmante de condições de saúde e qualidade de vida associadas a essa situação.

O consumo de álcool tornou-se grave ameaça à sobrevivência física, étnica e cultural dos Maxakali. Segundo o Ministério Público Federal, os problemas de alcoolismo vitimam quase todos os membros da comunidade, inclusive com registro de casos em crianças de apenas oito anos de idade. Em 2004, aconteceram quase dez homicídios, muitos dos quais causados por indivíduos alcoolizados. Em um contexto social tenso o consumo de álcool desencadeia o uso da violência para a resolução das divergências. Segundo o CIMI(Conselho Indigenista Missionário), o vício em álcool tornou os Maxakali vítimas de traficantes de álcool, a quem pagariam de R\$ 25 a R\$ 50 por um litro de cachaça. (MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS, 2009)

Em razão dos problemas de condições básicas de saúde e as péssimas condições de saneamento básico que estavam por causar a morte de dezenas de índios, em 2007 uma nova reserva indígena foi adquirida pela FUNAI, localizada na cidade de Ladainha-MG, batizada pelos índios de Aldeia Verde. Os Maxakali são o único povo indígena no Estado a conservar a língua – mais da metade deles não fala uma palavra sequer em português -, e mantêm costumes e rituais religiosos bastante parecidos aos de cinco séculos atrás.

Na Aldeia Verde ocorre a mistura da cultura Maxakali com a cultura nacional, as casas são de madeira e palhas com sanitários instalados, as residências são divididas entre duas ou três famílias e a organização social é mantida pela cacique Naomi que superou o preconceito e o machismo e é a única cacique das quatro tribos Maxakali.. A aldeia conta com posto de saúde e duas escolas que buscam preservar a cultura ministrando as aulas em língua maxakali.

Além do alcoolismo, outro problema enfrentado pela tribo é que a etnia deles mantém hábitos nômades, por serem caçadores por origem estão habituados a se mudar quando os meios de sobrevivência se exauriam ou por questões religiosas, como por exemplo, quando alguém da família morre, eles costumam queimar os objetos pessoais do falecido dentro da casa e se mudar como forma de liberar o espírito da pessoa. (MAPA DO CONFLITO AMBIENTAL, 2009)

Sabendo que esta tribo é uma comunidade cercada por conflitos socioculturais e que necessita de uma atenção no sentido de buscar autonomia para a resolução de conflitos e com base no conhecimento sobre o fazer do

psicólogo social comunitário, destaca-se a necessidade de pensar uma possível intervenção pautada nos aspectos a serem considerados a partir da observação e análise das necessidades da mesma. Portanto, apresenta-se a seguir, aspectos a serem considerados para uma possível inserção do psicólogo na tribo indígena a fim de conhecer a comunidade, os desafios existentes e as condições que favorecem à perpetuação da tribo com a sua identidade cultural

4.1 Aspectos a serem considerados numa Proposta de Inserção/Intervenção:

A intervenção visaria a tribo Maxakali situada em Ladainha-MG, onde os conflitos existentes chamam atenção para a necessidade do protagonismo dos sujeitos em questão. Com base nos princípios da psicologia comunitária, o psicólogo entraria na comunidade tentando compreender como pode se dar a autogestão desse grupo a partir de suas relações.

Entendendo-se que a intervenção do psicólogo comunitário tem como premissa principal o empoderamento do grupo, enfatiza-se no planejamento da proposta, a observação dos seguintes aspectos, a partir da ideias de Freitas (2001):

a-A inserção do psicólogo na comunidade deverá ser orientada pelas necessidades vividas pela tribo, devendo assim, entrar na comunidade para observar como se dão as relações e quais as necessidades a própria comunidade aponta como prioritárias, uma vez que para se desenvolver qualquer tipo de intervenção, é preciso que antes se conheça o contexto do grupo.

b-O levantamento das necessidades realizado após a entrada na tribo, fazendo-se um processo contínuo de coleta de informações quanto ao grupo e as relações dos mesmos, utilizando-se de entrevistas em grupos, conversas informais, visitas domiciliares, levantamento de registros históricos e etc, que poderão nortear o caminho para a intervenção do psicólogo dentro do quadro de necessidades que a tribo enfrenta.

c-Os objetivos devem ser estabelecidos a posteriori e discutidos com o grupo; após a inserção do psicólogo e a identificação das demandas, os objetivos da intervenção são discutidos e formulados junto com a comunidade, na intenção de que o trabalho contribua desde o planejamento para a autonomia dos sujeitos.

d-Depois o levantamento das informações, as necessidades são analisadas com a comunidade considerando a viabilidade e importância do trabalho; devendo ser verificadas as possibilidades de mudanças nas alternativas a serem discutidas deixando o tempo para execução da intervenção em aberto, partindo do pressuposto que cada grupo tem um tempo específico para se adaptar às mudanças e até mesmo a aceitação das mesmas.

e-A proposta deverá ser construída juntamente com a comunidade visando dentro da sua execução, explorar os limites e as possibilidades que a mesma apresenta, buscando preservar ao máximo a identidade cultural ao mesmo tempo em que contribua para promoção da qualidade de vida e empoderamento dos sujeitos.

5 Considerações Finais

Com base na literatura consultada, pode-se afirmar a necessidade de pensar a inserção do psicólogo na comunidade, entendendo que o profissional deve a todo o momento, caminhar lado a lado com a comunidade/tribo no desenvolvimento das ações voltadas para o meio cultural e social em que vivem sem que isso lhes cause algum tipo de prejuízo físico, social ou moral.

É preciso pensar uma intervenção que contribua para que os indivíduos tenham a possibilidade de se reconstruírem de forma criativa e autônoma para que dessa forma, o grupo se redescubra como detentor de singularidade capaz de desconstruir o modelo assistencialista-paternalista e tomar posse da nova realidade que os apresenta ao empoderamento.

Por fim, este estudo pôde evidenciar os aspectos favoráveis e desfavoráveis de uma intervenção e explicar os fundamentos da Psicologia comunitária, apontando para uma provável intervenção, pautada na definição de objetivos estabelecidos a posteriori (com a comunidade),

voltada para os elementos psicológicos na investigação de estratégias de enfrentamentos e na procura de ações para intervir juntos aos fatores-problema. Infere-se que esse tipo de trabalho traz inúmeros desafios que vão desde a atuação do profissional de psicologia comunitária até a própria comunidade, o que torna indispensável o diálogo entre os saberes.

Referências

ANDRADE, A. N. **Práticas psicológicas, epistemicídio e unidades básicas de saúde**. Psicologia Política, São Paulo, v. 13, n. 1, 2007.

ANTUNES, M. **O caminho do empoderamento: articulando as noções de desenvolvimento, pobreza e empoderamento**. In: ANTUNES M. e ROMANO, J. O.

Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002

ARENDT, R.J.J. **Considerações críticas sobre a pesquisa em psicologia comunitária**. Em sociedade Brasileira de Psicologia (Org), XXIII Reunião Anual de Psicologia, Resumos(p.428) Ribeirão Preto: SBP. No prelo: Revista Temas, da SBP, 1993

BARÓ, I. M. **Hacia una psicología de la liberación**. Boletín de Psicología, Valencia, España, n. 22, p. 219-231, 1986. Disponível em: <http://static.scielo.org/scielobooks/qfx4x/pdf/ploner-9788599662854.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2016

BOCK, A.M.B.; Ferreira, M.R.; Gonçalves, M.G.M.; Furtado, O. **Sílvia Lane e o Projeto do 'Compromisso Social da Psicologia'**, 2007.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Povos Indígenas: avanços e violências**. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/?system=news&action=read&id=3564&eid=293>. Acesso em: 18 set.2016

DONATO, Hernani. **Os povos indígenas no Brasil**. Ed. Melhoramentos. 2002

FREIRE, P. **Conscientização**. São Paulo, SP: Cortez, 1979

FREIRE, P., & Shor, I. **Medo e ousadia**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1986

FREITAS, M.F.Q. **Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo**. *Psicologia Reflexão e Crítica*, v.11, n.1, p.175-189, 1998

FREITAS, M. F. Q. **Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil.** In: CAMPOS, R., H. F. (Org.). **Psicologia Comunitária: da solidariedade à autonomia.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 17-34.

FUNAI. 2009. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em: 11 ago.2016

GÓIS, C. W. L. **Saúde Comunitária: pensar e fazer.** Petrópolis: HUCITEC, 2008.

GUARESCHI, P.A. **Relações comunitárias relações de dominação.** In: CAMPOS, R.H.F (Org.), *Psicologia Social Comunitária.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 81-99.

LANE, S. T. M. **Diálogos: Uma psicologia para transformar a sociedade.** [Entrevista]. PSI Jornal de Psicologia, 2000

LANE, S. T. M. Antecedentes históricos da psicologia comunitária. In R. H. F. Campos (Org.), **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia.** São Paulo: Vozes, 2003

MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS. 2009. Disponível em: <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?cod=231>. Acesso em: 11 ago.2016

MENDONÇA, V. L. M. **Produção de subjetividade e exercício de cidadania: efeitos da prática em psicologia comunitária.** Pesquisas e Práticas Psicossociais, 2(1), São João Del Rei, Mar./Ag., 2007.

MONTERO, M. **Construcción, desconstrucción y crítica: teoria e sentido de La psicologia social comunitária em América Latina.** In: CAMPOS, R.H.F; GUARESCHI, P. (Orgs), **Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana.** Petrópolis: RJ: Vozes, 2000, p. 70-87.

NEPOMUCENO et. al. **Por uma Psicologia comunitária como práxis de libertação.** Psico, Porto Alegre, PUCRS, v. 39, n. 4, p. 456-464, out./dez, 2008.

POVO MAXAKALI DO NORDESTE DE MINAS. Disponível em: http://www.cedefes.org.br/index.php?p=indigenas_detalhe&id_afro=5277, Acesso em: 21 out.2016.

SCARPARO, H.; GUARESCHI, N. **Psicologia Social Comunitária e Formação Profissional.** *Psicologia & Sociedade*, v.19, Edição Especial 2, p. 100-108, 2007.